



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 291 -

ATA N.º 17/2020

----- Ata da reunião ordinária realizada aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte. -----

----- Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui o seguinte assunto:-----

1. Aprovação da Ata n.º 16/2020.

2. Intervenção do público.

3. Período Antes da Ordem do Dia.

4. Ordem do Dia.

4.1. Deliberação sobre a candidatura Guarda 2027: modelo de financiamento.

4.2. Deliberação sobre a isenção de taxas pela utilização do Pavilhão Desportivo Municipal – AFACIDASE, Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de adaptação da Serra da Estrela.

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. -----

Aprovação da Ata n.º 16/2020. -----

----- Achada conforme, a ata n.º 16/2020 (da reunião do dia 05-08-2020) foi aprovada, por maioria, com duas abstenções do Senhor Vereador José Biscaia e da Senhora Vice-Presidente, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, comunicou que a sua abstenção se deve ao facto de não ter estado presente na referida reunião. -----

----- A Senhora Vice-Presidente declarou que a sua abstenção se deve também ao facto de não ter estado presente na reunião supracitada. -----

Intervenção do público. -----

----- Não houve público inscrito a fim de intervir. -----

Período Antes da Ordem do Dia.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso tomou a palavra, questionou se o CIVGLAZ já reabriu ou se há a intenção de reabrir. -----

Aludiu que teve conhecimento de que a estrada de acesso ao Hotel das Termas tem o trânsito proibido, sendo que somente podem circular as pessoas que estão alojadas no hotel. Explicou que avocava este assunto, visto que, já no passado, a Fundação Inatel tentou colocar um portão do lado poente, tendo sido obrigada a retirá-lo. Sublinhou que aquela estrada é pública até às escadas, portanto não pode ter nenhum condicionamento de trânsito, a não ser que haja razões específicas e excecionais e que a Câmara tenha autorizado. -----

Deu nota que a estrada do Souto do Concelho, sendo uma das poucas estradas florestais que é da responsabilidade do Município, até ao Poço do Inferno está repleta de silvas junto à faixa de rodagem, como tal necessita de uma limpeza. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra, indicou que leu a ata da última reunião, onde foi aprovada uma alteração orçamental, que justifica a alteração de verbas por força dos gastos com a pandemia COVID 19. Recordou que, em tempos, solicitou que lhe fosse dada informação sobre quais as verbas que tinham de ser gastas nesse âmbito, não tendo sido informado das mesmas até à presente data. -----

Questionou se já é possível ser dado conhecimento ao Executivo sobre os montantes que foram imputados por via do COVID 19. -----

----- O Senhor Presidente informou que no que concerne ao estudo solicitado pelo Senhor Vereador José Biscaia, sobre as despesas no âmbito do COVID 19, o mesmo foi feito, contudo não foi entregue, uma vez que o Senhor Vereador não esteve presente na última reunião de Câmara. Neste contexto, solicitou que a Senhora Dra. Gabriela Cravinho facultasse, durante a presente reunião, a referida informação ao Senhor Vereador. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia após analisar a informação supracitada, aludiu que na mesma é apresentada despesa até 30 de junho de 2020, no montante de sessenta mil euros (60.000,00€), mas da qual tem de se retirar, não como despesa, o desconto da água 50% no montante de doze mil euros (12.000,00€), o desconto de saneamento no valor de treze mil euros (13.000,00€) e dos resíduos o desconto de 50% da tarifa. -----

O que significa que de sessenta mil euros (60.000,00€), trinta e quatro mil euros (34.000,00€) foi de redução de receita. A bem da verdade, na caracterização deve-se mencionar que trinta mil euros (30.000,00€) corresponde ao valor da despesa e os restantes trinta mil euros (30.000,00€) diz respeito à falta de receita. -----

----- A Senhora Vice-Presidente solicitou a palavra, aludiu que nesta intervenção pretendia requer um pedido de parecer, que leu e que em seguida se transcreve: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

293 -
[Handwritten signatures and initials]

"Pedido de Parecer

Uma vez que não pretendo (...)«incorrer num grave erro quanto ao funcionamento das instituições democráticas, ao regime de eleição dos titulares de cargos autárquicos, ao funcionamento e determinação da composição do órgão executivo da autarquia o que muito preocupa tendo em consideração a importância das funções que desempenha neste município».
– conferir ata n.º 1/2020, a fls. 207 - , venho solicitar que seja requerido parecer à CCDR sobre se o art.º 4.º, alínea b), iv) do Estatuto dos Eleitos Locais está a ser respeitado quando a Senhora Vereadora Irene Leitão é membro do órgão executivo camarário, ao mesmo tempo que o filho, Pedro Leitão, é membro da Assembleia Municipal, votando ambos os mesmos procedimentos , atendendo a que o referido normativo reza assim: «No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios (...) iv) Não intervir em processo administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado nem participar da apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa ou afim em linha recta ou até 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;»
Solicito também que seja apurado se está a ser cumprido o código de Conduta ontem recepcionado, em especial os artigos 4.º, 9.º, 10.º e 11.º.
Solicito ainda que o presente pedido de parecer seja anexado à ata que vier a ser exarada da reunião.

Manteigas, Paços do Concelho, 19 de Agosto 2020. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, no uso da palavra, declarou que no seguimento do pedido de parecer supracitado, reiterava o pedido de parecer que solicitou, quando a Senhora Vice-Presidente referiu que a Vereadora Irene Leitão não tinha legitimidade para estar no Executivo, visto que não tinha sido eleita diretamente, e só estava a exercer funções porque a pessoa que foi eleita teria renunciado ao mandato. -----

Sublinhou que tal pedido de parecer não é para seu esclarecimento próprio, pois tinha certezas sobre a legitimidade que lhe assiste, como Vereadora da Câmara, bem como ao Senhor Deputado Pedro Leitão, enquanto membro do Órgão Deliberativo, mas é no sentido de clarificar todas as dúvidas suscitadas pela Senhora Vice-Presidente, sobre essa matéria. -----

----- O Senhor Presidente questionou a Senhora Vice-Presidente sobre se tinha dúvidas quanto à legitimidade de a Senhora Vereadora Irene Leitão ter assumido funções como Vereadora. -----

----- A Senhora Vice-Presidente respondeu que não tinha dúvidas quanto a essa questão. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão frisou que, ainda assim, deseja que seja solicitado esse parecer, de modo que tal esclarecimento fique devidamente escrito. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, declarou que não tinha dúvidas de que a Senhora Vereadora Irene Leitão tem toda a legitimidade em ter assumido funções como membro do Órgão Executivo, uma vez que decorre da lei, era a segunda pessoa numa linha de sucessão na lista da UMM. Assim sendo, e dado que o Executivo não tem dúvidas sobre essa matéria, considerou que não faz sentido pedir esse parecer. -----

No que concerne ao pedido de parecer solicitado pela Senhora Vice-Presidente é uma situação diferente, pois certamente terá algumas conexões ou antecedentes que o justificam, devendo ser mencionada a justificação que motiva esse pedido de parecer. -----

Se alguém nesta Câmara tem alguma ilegitimidade resultante de algum ato, por conexão familiar ou outra relação que efetivamente o impeça de participar em alguma deliberação, tem que se inibir de ter qualquer posição, devendo até ausentar-se do processo, ainda assim deve-se demonstrar qual é o caso em específico. -----

Sublinhou que se existe algum caso em concreto, tem de ser exposto e aí remete-se para pedido de parecer o caso concreto, se tal não se verificar, declarou que não concorda que se peça tal parecer. -----

----- O Senhor Presidente deixou a ressalva de que não tem qualquer dúvida sobre as questões apresentadas, contudo admite que haja elementos do Executivo que tenham. Clarificou que foram feitos dois pedidos de pareceres pelas duas Senhoras Vereadoras, tratando-se de um pedido, tal matéria não é para ser votada. -----

Explanou que enquanto Presidente da Câmara, pode dar instruções aos serviços do Município para que se peça um parecer, subscrito por si, à CCDR dando assim resposta aos dois pedidos apresentados. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, deu nota de que escreveu um texto sobre a questão da água da Fonte Paulo Luís Martins, que pretendia que fosse vertido na presente ata. -----

Explanou que ao *twitter* o site do jornal *Interior*, na secção da política, leu uma notícia que a deixou perplexa, atendendo a todas as discussões que surgiram sobre a temática supramencionada, face ao resultado das mesmas e à postura que foi tomada em reunião de Câmara. Assim sendo, pretendia que tal notícia fosse apensa a ata, de modo a fazer o enquadramento da realidade do que se passou. Em seguida leu o texto que abaixo se transcreve: -----

“Sobre a Concessão da Água da Fonte Paulo Luís Martins

No passado dia 5 de Agosto, no site do jornal “o Interior – Política” – cujo print anexo para enquadramento da realidade – mencionava a concessão da exploração da água da fonte Paulo Luís Martins, em Manteigas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 295 -

Refere a notícia qua a Comissão política concelhia do PSD defende que parte do lucro desta exploração deva servir para suportar a factura da água dos munícipes do concelho. Esta posição pública é incompreensível tendo em conta as discussões das reuniões de Câmara.

Ao longo do processo de negociação do contrato de concessão, apresentei ao Presidente e restante vereação uma proposta precisamente nesses termos. Por um lado, os recursos naturais do concelho pertencem a todos os munícipes: são de todos os Manteiguenses. Logo, é justo que todos sejam beneficiários imediatos da sua exploração. Por outro lado, esta era uma solução que promovia a transparência do processo, tornando públicas, reconhecíveis e sensíveis as suas vantagens a todos.

Parecia-me, e parece-me, que esta era uma proposta equilibrada. O Dr. José Manuel Biscaia, vereador do PSD, não teve na altura o mesmo entendimento. O vereador e ex-presidente da Câmara Municipal demonstrou a sua posição com uma gargalhada sonora e jocosa, apelidando-a de puro populismo.

Assim sendo, os portugueses, especialmente os manteiguenses, têm o direito a uma clarificação. É política do PSD apoiar a contrapartida para um contrato de concessão da exploração da água tal como apresentei, ou é o PSD um partido populista, do qual o Dr. José Manuel Biscaia se demarca? Estamos perante o reconhecimento público de que a proposta que apresentei tem valor e por isso é apoiada pelo PSD, havendo uma inversão da posição inicial; ou trata-se apenas de um acto de puro oportunismo político, que procura representar como proativa uma oposição gasta, sem alternativas? Se os Srs. Vereadores do PSD tivessem tido a vontade e o querer da comissão política concelhia do seu próprio partido, então a contrapartida que agora defendem teria sido incluída no caderno de encargos, permitindo o lançamento do concurso.

A posição dos vereadores do PSD ao longo deste processo foi hesitante e fechada. A exigência do Dr. José Manuel Biscaia para a realização de um estudo sobre o valor da concessão, apresentada tardiamente e já em estado avançado de debate, procurava meramente protelar o lançamento do concurso. Ao longo deste processo procurei apresentar propostas fundamentadas, inclusivamente quanto ao valor a cobrar pela água ao concessionário, tendo em conta contratos de natureza semelhante. A especificidade técnica das matérias não desculpa a falta de proatividade e a realização do trabalho de casa, argumentando-se a falta de “condições mínimas” – para lançamento do concurso.

Foram apresentadas algumas propostas; uma das por mim inicialmente discutida, foi a possibilidade de o município adquirir a unidade de engarrafamento, instalações já existentes, lançando a concurso a exploração da água conjuntamente com a unidade fabril. No entanto, após tomar conhecimento da situação dos ônus que impendem sobre os bens em causa, da situação jurídica da anterior concessionária e da infeliz certeza de que os litígios se arrastarão



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

por anos, achei sensato encontrar uma alternativa. Esta passaria por onerar o eventual concessionário com a construção e manutenção de uma conduta até ao novo local de engarrafamento, ficando a Câmara Municipal proprietária da mesma, sem que aquele pudesse exigir indemnização ou invocar o direito de retenção. Esta solução permitiria ao município relançar a concessão de exploração em caso de dissolução do concessionário, garantindo a existência de infraestruturas para a manutenção do funcionamento.

As questões legitimamente levantadas pelos deputados do PSD à Assembleia Municipal tiveram igual destino. É incompreensível que as propostas dos deputados do PSD não tenham sido veiculadas através dos seus próprios vereadores, para que em sede de executivo pudessem ter sido discutidas e acolhidas. Este comportamento indicia falta de vontade por parte dos vereadores do PSD na busca de um consenso, num assunto que poderia dar um impulso vital à economia do concelho. O fim de mandato é talvez incentivo suficiente para adiar o tema, sobrepondo-se os cálculos eleitoralistas sobre o interesse público e o desenvolvimento económico e social do concelho. Haverá porventura outra definição de populismo?

*A ideia de superior interesse público e a importância deste projeto para Manteigas animaram-me até ao fim. Declarei a toda a vereação e ao Presidente a vontade de, com o trabalho de todos, **aprovar por unanimidade** o contrato de concessão da água da Fonte Paulo Luís Martins.*

Manteigas merece e nós devíamos-lo aos manteiguenses. Este desejo foi frustrado por razões que, ao contrário da proposta que apresentei sobre as contrapartidas e do meu posicionamento ao longo deste processo, não são transparentes e parecem precisamente populistas.

Cito Voltaire:

«A política tem a sua fonte na perversidade e não na grandeza de Espírito.»

Manteigas, 29 de Agosto de 2020

A vereadora

Irene Leitão”

Dando continuidade à sua explanação, a Senhora Vereadora Irene Leitão disse que pretendia saber, se o Senhor Presidente já solicitou auditoria ao projeto que a empresa MPT está a fazer, no âmbito da candidatura ao turismo acessível, no montante de duzentos mil euros (200.000,00€). Recordou que a referida empresa elaborou um projeto para um milhão de euros (1.000.000,00€), logo o mesmo não pode ser candidatado, pois ultrapassava o valor da candidatura. -----

Fez alusão que nesse contexto, na reunião do dia 03 de julho, o Senhor Presidente disse que ia fazer uma auditoria a esse projeto, para saber em que fase é que o projeto se encontrava, se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 297 -

seria aproveitável ou não e quanto é que o Município já teria pago pelo mesmo. Interpelou se já existem respostas a essas questões. -----

Deu nota que outro assunto que pretendia abordar prende-se com as obras da envolvente da Fonte Santa. Recordou que, em anterior reunião, o Senhor Presidente tinha referido que foram colocadas objeções pelo ICNF e pelos Baldios. Face ao exposto, pretendia ter conhecimento sobre quais são as objeções em concreto, que essas entidades estão a colocar à execução dessas obras. -----

Por último, informou que na próxima reunião de Câmara, que terá lugar no dia 02 de setembro, não estará presente por motivo de férias, como tal solicita que a sua falta seja justificada. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Vereadores. No que concerne ao CIVGLAZ, indicou que estão a ser criadas as devidas condições para poder abrir, cumprindo todas as regras relativas ao afastamento social. Como é de conhecimento, a sala tem uma determinada lotação, contudo as pessoas têm de estar muito próximas umas das outras, sendo que com a realidade atual de pandemia apenas poderão entrar no máximo duas pessoas na sala. -----

Deu nota que, no dia anterior, o técnico de turismo, que aí trabalha, e o Senhor Engenheiro Luís Monteiro estiveram no local, a analisar a possibilidade de abertura desse equipamento. Neste momento está-se a proceder à verificação de todo o equipamento, nomeadamente dos vídeo projetores, pois quando o espaço encerrou no final de março, existia um projetor que estava desfocado, tendo sido substituída uma lâmpada. -----

Há ainda uma pequena alteração a fazer, que entronca também com estas regras de distanciamento social, que é do ponto de receção para o fundo da sala, de modo a que as pessoas não passem umas pelas outras. Em suma, pretende-se abrir o espaço, muito em breve, com todas as condições e cumprimento das regras de distanciamento. -----

No que diz respeito à entrada do Hotel das Termas, o condicionamento que há neste momento deve-se a um programa de televisão que, no dia seguinte à data desta reunião, será transmitido pela RTP 1 a partir do hotel das termas. Para esse fim foi colocado um palco no exterior e estão a montar alguns equipamentos. -----

Sublinhou que a questão que o Senhor Vereador José Cardoso colocou sobre esta matéria é conhecida de todos, efetivamente a estrada não é um acesso privado, é público e não pode ser condicionado de qualquer forma, contudo no caso em concreto trata-se de uma situação provisória. -----

A estrada do Souto do Concelho tem um troço, com cerca de duzentos metros, entre o Solar da Castanha e a curva mais apertada, que tem silvas a entrar na faixa de rodagem, que só não foram ainda cortadas porque, entretanto, houve restrições no uso de equipamento de corte,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

devido às condições climáticas. Esta situação está anotada e é um trabalho que já devia ter sido executado. Inclusivamente, já solicitou ao gabinete técnico florestal que, assim que haja condições, se mande a equipa de sapadores cortar as silvas. Portanto, será uma questão de dias. -----

Deu conhecimento que a grade junto ao solar da Castanha está periclitante, isto porque quando foi delimitado o espaço do Solar da Castanha, que entretanto foi vendido, houve um corte do talude e, como se sabe, as estradas que estão mais acima do nível dos terrenos têm uma amplitude até à base do talude, o mesmo ao ser cortado originou que a estrada comesse a desabar. A solução que se preconizou foi abrir a estrada mais do lado direito e desviar-se a mesma. -----

Relativamente à auditoria ao projeto realizado pela empresa MPT para a candidatura dos Passeios do Zêzere, informou que essa candidatura foi feita no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Alegou que os assuntos que são debatidos em reunião de Câmara ficam registados, logo deveriam ter execução, sendo que ia verificar se foi ou não efetuada essa auditoria. -----

Mais informou que outro processo que a Senhora Vereadora Irene Leitão pediu para consultar, está disponível para o efeito e, se assim o desejar, poderá fazê-lo no final da presente reunião. - No que diz respeito à Fonte Santa e a titularidade dos terrenos que são Baldios e do uso por parte do ICNF, clarificou que não colocou nenhuma questão específica, apenas tinha dito que é necessário pedir autorização às entidades que têm posse e as que têm uso sobre o terreno, tendo na altura avocado, de uma forma genérica, o que por vezes acontece na relação da Câmara com as referidas entidades. -----

Informou que teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do ICNF e Florestas onde foi abordado este projeto, tendo deixado uma base de trabalho, com o intuito de se elaborar um protocolo de autorização para intervenção da Câmara, à semelhança do que se fez em mandatos anteriores, numa intervenção que ocorreu na parte sudoeste do Viveiro das Trutas, onde foi construído o parque de merendas. -----

Trata-se de um protocolo com o ICNF e não com os Baldios, contudo cada vez que a Câmara tenta intervir em espaços que estão sobre a gestão do ICNF e onde estes têm equipamentos, os Baldios vêm sublinhar que o terreno é deles e o ICNF apenas o está a ocupar e a gerir. -----

Em relação a esta questão já houve avanços, visto já ter reunido com o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios, que afirmou que da parte dessa entidade não haverá oposição, contudo os edifícios que aí estão situados são dos Baldios, não estão registados. Inclusivamente, numa pesquisa que realizou, onde recuou ao ano de 1990, verificou que esses edifícios foram construídos com dinheiro da Autarquia, num protocolo abrangente com os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 299 -

Serviços Florestais, com a Associação do Cão da Serra da Estrela e com a Região de Turismo da Serra da Estrela. Sublinhou que o Município não quer esses edifícios, apenas se pretende requalificar, mas os mesmos têm de ter utilidade. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão salientou que considera que aquele espaço pode ser um ex-líbris, tal como já foi, pois é uma porta de entrada na Vila de Manteigas.

----- O Senhor Presidente explanou que o projeto está pronto, contudo só se pode colocar o mesmo a concurso quando existir a autorização das entidades supramencionadas. -----

----- Atendendo que os Senhores Vereadores entraram num diálogo relativamente ao assunto da água da Fonte Paulo Luís Martins, o Senhor Presidente questionou se os mesmos viam algum inconveniente que essas intervenções fossem vertidas em ata, em discurso direto. Não tendo havido qualquer oposição, as intervenções que se seguem sobre essa matéria estão vertidas em discurso direto. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso:

"Gostei dessa expressão de gargalhada jocosa e das nossas perversas intervenções políticas. Um são perversas outras são bondosas. Devo esclarecer que já exerci funções políticas em vários mandatos e nunca o partido por cuja lista fui eleito me deu qualquer orientação, ou diretriz, para fazer de uma ou de outra forma.

Sempre houve total respeito e independência a partir do momento em que fui eleito, é evidente que com programas eleitorais, no respeito dos compromissos eleitorais, mas a partir daí ninguém interfere no meu mandato.

O problema das votações é que umas vezes calham-nos bem, outras calham-nos mal, as más votações não se resolvem com caça às bruxas. Não é, a seguir às votações, ir em cima de todos aqueles que votaram diferentemente daquilo que é a nossa vontade, para os castigar ou nos vingarmos deles, isso não é assim. A democracia é o que é, há que respeitar as decisões e as votações, mesmo quando não concordamos minimamente com elas.

Depois se houve aqui incongruência, e vou fazer questão, vou entrar de férias hoje, mas venho à próxima reunião de Câmara, e vou fazer a recolha de todas as afirmações da Senhora Vereadora sobre o processo de água, para ver se consigo entender o malabarismo que aconteceu na última reunião. Depois da Dra. Irene me ter dito, em particular, que ia apresentar um caderno de encargos novo, porque aquele caderno de encargos estava todo mal e no dia seguinte votou a favor do caderno de encargos. Eu preciso de entender a evolução, nas várias reuniões para entender o culminar com a votação.

As alegadas hesitações das posições do PSD, na parte que me diz respeito, eu tenho uma declaração de voto, que consta da ata da segunda reunião em que o assunto foi discutido e as minhas hesitações são claríssimas, as minhas posições estão claríssimas. Se considerarem a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

maioria das sugestões que eu apresentei e que não foram acolhidas, não tenho dificuldade nenhuma em votar a favor do caderno de encargos.” -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão:

“As minhas sugestões também foram todas acolhidas, eram duas essenciais e foram acolhidas. Tecnicamente eu faria outro tipo de contrato, porque estou habituada a fazê-lo.” -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso: *“A única alteração que foi acolhida foi relativa ao preço.” -----*

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão: *“E da Conduta.” -----*

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia:

“O Somerset Maugham, em «O Fio da Navalha» diz mais ou menos isto: no negócio a habilidade e ilusionismo são aceitáveis e vingam, na vida a verdade é que vinga. E no futebol diz-se que a melhor defesa é o ataque. Mas eu não sou de atitudes camaleónicas, nem dou cambalhotas, a minha atitude é firme do princípio ao fim e estou convicto daquilo que digo.

Quando sobre o processo da água disse que o processo, para mim, não estava minimamente constituído, pois não tinha um estudo prévio. Foi isso que sustentou, sempre, o meu processo. E não é à última da hora com a justificação de ir de férias e não poder vir à reunião de Câmara, o que provocaria uma votação de dois - dois e o voto de qualidade do Senhor Presidente, que levaria à aprovação da proposta.

Eu não sou desse género de pessoa. A minha posição foi assumida com base em critérios objetivos e sentido democrático e o Executivo votou e votou contra a minha posição. O Executivo votou que o processo era para ir para a Assembleia Municipal e como tal cessou o meu contributo e ninguém mais ouviu uma palavra da minha boca.

O processo foi para a Assembleia Municipal, não tem nada a ver com o meu voto no Executivo. A Assembleia decidiu como entendeu que devia decidir, e opôs-se à abertura do procedimento.

Portanto, não dou cambalhotas, a minha posição foi e é a mesma desde o princípio. O PSD votou vencido na Câmara, mas não se opôs em abstrato e antes pediu uma avaliação concreta do projeto e do produto.

Misturar estas situações todas, é de alguém que sente que não está bem na vida, não está bem com a sua consciência. Deu cambalhotas sucessivas e agora vem através de uma “declaração” querer demonstrar que fomos nós que mudámos de posição. É mentira.

A minha posição foi sempre única, sistemática e a mesma. A posição da Senhora Vereadora Irene Leitão não foi assim, soçobrou, saltou, virou. Eu não sou desse género. A minha posição é de firmeza, de critério e de defesa do valor da água da Fonte Paulo Luís Martins.” -----

----- O Senhor Presidente, antes de dar por concluído o período Antes da Ordem do Dia, sublinhou que aquilo que é sempre pedido a todos os membros do Executivo, em todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

processos, é colaboração. Pois, foi isso que se propuseram fazer perante o eleitorado do concelho de Manteigas. -----

Por outro lado, considerou que cabe aos eleitores lerem as atas e perceberem quem é que está a colaborar e quem é que está a obstruir. Do seu ponto de vista, em relação ao processo da água já não é necessário colocar qualquer tipo de peneira, pois já todos perceberam quem está para colaborar ou não, basta ler as atas. -----

Declarou que o seu papel nestas reuniões, é conduzir as mesmas e fazer propostas ao Órgão Executivo, pedindo a colaboração contínua em todos os processos. -----

----- **Ordem do Dia.**-----

Deliberação sobre a candidatura Guarda 2027: modelo de financiamento. -----

----- Foi presente, para deliberação, a candidatura Guarda 2027: modelo de financiamento. ----

----- O Senhor Presidente, fez uma breve explanação sobre esta matéria. Recordou que a Câmara aprovou a adesão a esta candidatura, portanto deu a sua anuência para que o Município participe neste projeto, Guarda Cidade Europeia da Cultura, mas que pretende ser mais abrangente. Nesta reunião é presente ao Executivo mais informação, que foi prestada pela Comissão Executiva, onde se aponta o objeto da candidatura e o que se pretende a nível regional. -----

Nesta fase, é pedido que a Câmara se pronuncie sobre o modelo de financiamento, existindo três versões: a versão 1 aponta para o pagamento de um euro (1,00€) por habitante de cada Município, no conjunto dos 15 municípios da Comunidade Intermunicipal; a versão 2 aponta para um financiamento onde Manteigas teria de pagar sete mil e quinhentos euros (7.500,00€); a versão 3, que é a divisão mais equitativa para todos os municípios, aponta para o pagamento de vinte mil euros (20.000,00€) por cada Município. -----

Considerou que a melhor opção para o concelho será a aplicação da versão 1, que diz que será um euro (1,00€) por cada munícipe, o que daria por 3430 munícipes, três mil, quatrocentos e trinta euros (3.430,00€). -----

Deixou a ressalva que tem dúvidas que os municípios mais populosos venham com propostas deste tipo, pois isto está formulado de uma tal forma, que se pode chegar a um impasse, tendo depois de ser decidido de outra forma. -----

Os municípios de maior dimensão, naturalmente que, preferem a forma equitativa, pois na versão 1 eles teriam que pagar um valor muito mais elevado: a título de exemplo referiu que a Covilhã teria de pagar cinquenta e um mil euros (51.000,00); Gouveia - catorze mil euros (14.000,00€); Seia - vinte e quatro mil euros (24.000,00€); Fundão - vinte e nove mil euros (29.000,00€); a Guarda - duzentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e três euros (293.733,00€).; até porque a Guarda é quem alojou a candidatura. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Cada um dos municípios vai-se pronunciar. Do seu ponto de vista, a proposta feita pelo Município da Guarda, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, vai ter várias fases de discussão, sendo que nem todos os municípios estão de acordo, logo terão de encontrar um modelo equitativo para todos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso tomou a palavra, aludiu que não entendia como se propõem modelos de financiamento tais como são expostos na versão 3, isto porque quando o Município vai aos Fundos Comunitários, equiparam Manteigas com outras localidades que são duas ou três vezes maiores do que nós, tanto em território como em população, e a pagarem o mesmo. Não se entende isto. -----

Declarou que há um critério que é pacífico, que é o FEF, pois tem imensas variáveis, tem o território, a população, a altitude. Tendo uma série de variáveis este é o indicador mais perfeito para ser utilizado, podendo ser uma percentagem do FEF. -----

----- O Senhor Presidente avocou que não ia discutir outra proposta quando tinha uma que era mais vantajosa para o concelho de Manteigas. Ainda assim, disse que ia discutir esta matéria no seio da Comunidade Intermunicipal e se a versão 1 não for a decisão final, então trará o assunto novamente ao Órgão Executivo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aludiu que, na hipótese de não ser aprovada a versão 1, o Senhor Presidente pode ficar já autorizado pela Câmara a apresentar a proposta sugerida pelo Senhor Vereador José Cardoso, de ser conforme o FEF de cada município. Desta forma, evita-se que o assunto tenha que vir novamente a reunião de Câmara e dá-se margem de negociação. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão questionou se a proposta do modelo de financiamento ser conforme uma percentagem do FEF, é mais acessível para o Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que não, contudo Manteigas está dependente de mais catorze municípios, sendo que a realidade de funcionamento da Comunidade Intermunicipal é que todas as propostas, tomadas por maioria na Comunidade Intermunicipal, devem ser seguidas pelos municípios associados. Sublinhou que ainda assim, não é impeditivo que se discuta a nossa proposta até à exaustão. -----

Considerou a proposta apresentada pelo Senhor Vereador José Cardoso uma boa opção caso o conjunto dos Município não opte pela versão 1 do modelo de financiamento. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão 1 do modelo de financiamento, no âmbito da candidatura Guarda 2027. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deliberação sobre a isenção de taxas pela utilização do Pavilhão Desportivo Municipal – AFACIDASE, Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de adaptação da Serra da Estrela. -----

----- Foi presente, para deliberação, a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do Pavilhão Municipal. -----

----- O Senhor Presidente questionou se o Senhor Vereador José Cardoso desejava tecer alguma consideração sobre este assunto, uma vez que, em casos análogos a este, costuma ter sempre um entendimento diferente ao explanado na proposta que é apresentada à Câmara -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso respondeu que não queria tecer qualquer consideração sobre a matéria em apreço, visto que deu conta que andou equivocado durante algum tempo, pois houve uma alteração ao Regulamento que lhe escapou, tendo verificado que a situação está salvaguardada. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção das taxas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão requisitou a cedência das gravações de todas as reuniões de Câmara, onde foi discutida a concessão da água da Fonte Paulo Luís Martins. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e um euros e noventa e nove cêntimos (1.466.971,99€). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das quinze hora horas e trinta minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim, -----

Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

(The main body of the page is crossed out with a large diagonal line.)